

# A PROBLEMÁTICA DA POLÍTICA SOCIAL

**Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)**



**Atena**  
Editora

Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

# A Problemática da Política Social

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P962 A problemática da política social [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-148-0

DOI 10.22533/at.ed.480192202

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas sociais – Brasil.  
3. Política pública – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 320.60981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

“O que transformou o mundo não foi a utopia. Foi a necessidade.”

José Saramago

Um dos maiores desafios dos governos na atualidade é a demonstração de eficiência na prestação de serviços e implementação de políticas públicas. As estruturas governamentais são, em todos os níveis de atuação, complexos sistemas organizacionais, os quais se apoiam em recursos humanos, equipamentos, tecnologia, e outros meios, com o objetivo de operar a diversidade de serviços à sociedade. Além de dar conta dos déficits sociais acumulados, sobretudo no caso de países em desenvolvimento, os governos lidam com interesses sociais, econômicos e políticos distintos que refletem a diversidade da sociedade. Deve-se compreender que os problemas sociais são multidimensionais e, por essa razão, sua resolutividade não está restrita a um único setor ou a mudanças meramente técnicas e administrativas na gestão pública, mas na superação da configuração fragmentada e desarticulada em que se encontram as políticas públicas. Travar o debate acerca da configuração das políticas sociais, considerar que existe um grande desafio a ser enfrentado, pois compreensão à base de uma leitura crítica que envolve reconhecer a importância da historicidade dos fenômenos que se manifestam na sociedade capitalista e o seu desvendamento dialético. Pereira (2011, p. 2), aborda que “a política social constitui um processo internamente contraditório, que ao mesmo tempo atende interesses opostos”, demandando assim esforços fincados no conhecimento dos seus movimentos, tendências e não convergências para que estratégias políticas possam favorecer a extensão da democracia e da cidadania. Para analisar o debate acerca da política social é necessário não só o entendimento da sua pertinência para o atual contexto de implementação das políticas públicas, como também é imprescindível a reflexão das abordagens conceituais sobre a referida temática. Esta discussão é entendida aqui como um processo que extrapola o âmbito da dimensão técnica, tendo como conjugação as dimensões políticas, ideológicas e culturais. Certas limitações têm perpassado os estudos voltados para essa temática, principalmente em relação ao entendimento da dimensão histórica e política que este debate exige. Embora a perspectiva da política social seja um elemento recente na agenda das políticas sociais, esta tem sido considerada como uma possibilidade de enfrentamento das problemáticas estruturais advindas do isolamento e fragmentação das políticas sociais brasileiras.

No artigo **A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO** as autoras Cláudia Maria Costa Gomes, Maria da Conceição da Silva Cruz, Ana Karoline Nogueira de Souza, Ana Manoela da Silva Lima, analisam, em particular, o período designado como a era Lula (2003-2016), em que o país apresentou uma melhora crescente nos indicadores sociais e econômicos. No artigo **A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA**

**IDOSA**, os autores Sara do Nascimento Martins, Regiane de Nazare de Sousa Rocha, Maria Leonice da Silva de Alencar, Edinalva Pinto Poça buscam realizar uma análise conceitual sobre o envelhecimento e a educação permanente, e também sobre a implementação das políticas sociais que foram cruciais para garantir e efetivação de direitos sociais da pessoa idosa. No artigo **A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL**, a autora Ketnen Rose Medeiros Barreto, Faz uma discussão sobre a ideia de controle social a partir dos estudos realizados junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). No artigo **A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG**, os autores Ednéia Alves de Oliveira, Nelson Machado Pinho Junior realiza um levantamento dos programas e projetos em desenvolvimento na cidade e para qual público eles eram destinados, corroborando a hipótese de que tais políticas são direcionadas a jovens, na sua maioria, pobres e da periferia, promovendo renda baixa e não inserção no mercado de trabalho. No artigo **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**, a autora Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira explanar sobre a precarização do trabalho e discorrer sobre as suas expressões a nível mundial. Para tanto, referencia-se na teoria social crítica. No artigo **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS**, analisa a presença das políticas sociais no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando identificar as concepções orientadoras e os investimentos realizados no sentido de viabilizar as propostas apresentadas. No artigo **CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA**, a autora Daniela de Carvalho Ciriaco trata de alguns elementos que auxiliam na compreensão da formação brasileira a partir da expansão do capitalismo e de como os processos que decorrem deste, as reformas neoliberais são implementados tardiamente trazendo sérias consequências para a efetivação das políticas sociais e para as condições de reprodução da classe trabalhadora. No artigo **CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO**, as autoras Mari Aparecida Bortoli, Carlos Nelson dos Reis, Heloísa Teles busca discutir a relação entre as condições de vida e as estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho engendradas pelos/as catadores/as de materiais recicláveis que atuam na coleta seletiva. No artigo **DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO**, os autores Ariele Azevedo da Silva Vieira, Leonardo Barcelos Vieira, Angela Maria Caulyt Santos da Silva refletiu-se sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social frente às políticas sociais que contribuem para a resistência e preservação do Congo enquanto rica e expressiva manifestação cultural, na formação histórico-cultural do povo capixaba. No artigo **DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL** as autoras Ermildes Lima da

Silva, Louise Oliveira Ramos Machado buscaram ao longo do trabalho apresentar algumas inquietações, potencialidades e os desafios da supervisão de estágio na atual conjuntura caracterizada pela mercantilização e precarização da educação superior e das condições de trabalho e os rebatimentos no processo de formação profissional. No artigo **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA – MG** o autor Nelson Machado Pinho Junior Este trabalho tem por objetivo refletir acerca da relação público-privado na gestão da Política de Assistência Social no município mineiro de Juiz de Fora, através da análise da dimensão do orçamento. No artigo **ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF** a autora Cassiana Ferreira Simões O presente trabalho analisou o acesso e as condições de permanência dos alunos das universidades públicas federais após a implementação das políticas de democratização do acesso Educação Superior, sobretudo, a Política de Ação Afirmativa. Para tanto, o campo para a realização da pesquisa foi o ESR/UFF, em que foram alvos os estudantes ingressos por meio das ações afirmativas, nas modalidades concernentes às cotas sociais, no período de 2013 a 2016.

No artigo **ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO**, os autores Letícia Batista da Silva, Luanda Café Santana dos Santos, Tarcila Freitas de Sousa desenvolve-se uma reflexão sobre o padrão de financiamento da política de saúde no Brasil, para a compreensão das condições objetivas e materiais ao trabalho em saúde. No artigo **ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE os autores** Bruno Moretti, Ana Paula Menezes do Rego buscam examinar a evolução das despesas federais de saúde entre 2014 e 2018. Procura-se mostrar o impacto da crise sobre tais despesas, revelando como a austeridade constrange a ação do Estado, tendência intensificada com a Emenda Constitucional que limita as despesas primárias aos valores do ano anterior, ajustados pela inflação. No artigo **POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS** os autores Danielle Galdino, Cristiano Guedes trazem o resultado de uma pesquisa de mestrado que mostra a história do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, seus desafios e limites, o perfil e as necessidades dos protegidos, o significado de proteção adotado por ele e quais necessidades humanas consegue atender. No artigo **QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO**, o autor Tauã Lima Verdán Rangel analisar o banco de alimentos, típico equipamento público de alimentação brasileiro, na promoção do direito humano à alimentação adequada e promoção de acessibilidade e disponibilidade a tal direito. No artigo **RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017**, as autoras Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz e Flávia Abud Luz propõem-se a refletir sobre o racismo institucional no Brasil; um mecanismo fundado no poder e utilizado via

de regra e historicamente para dominar raças, povos, etnias de cor diferenciada (fator biologizante). No artigo **REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA** Rosimary de Souza Lourenço, Marlene de Deus Lima, Yoshiko Sasaki, buscam discutir sobre a educação e sua relação com o processo de ampliação de cidadania implica em conhecer a concepção de educação e a natureza e intervenção do Estado. No artigo **SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO**, as autoras Michele Ribeiro de Oliveira, Renata Lígia Rufino Neves de Souza. buscam discutir o Programa Mulheres Mil como parte das estratégias da política social com foco no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais assumidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), as quais não se resumem a políticas compensatórias — via transferência direta de renda aos mais necessitados —, mas incorpora políticas estruturais, tais como ampliação ao acesso à educação e ao crédito. No artigo **TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS**, autora Hamida Assunção Pinheiro busca trazer a discussão das tramas e os dramas que envolvem o trabalho dos oleiros do estado do Amazonas, dando destaque às condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. No artigo **VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL**, a autora **Wilma Lúcia Rodrigues Pessoa** analisa a articulação entre o racismo e a violência institucional do Estado Brasileiro na promoção do genocídio da juventude negra como componente estrutural da opressão de classe. Parto da consideração do que foi a constituição do racismo no Brasil suas especificidades e sua relação com o processo de expansão do capitalismo em escala global.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....   | <b>1</b>  |
| A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO   |           |
| Cláudia Maria Costa Gomes   |           |
| Maria da Conceição da Silva Cruz  |           |
| Ana Karoline Nogueira de Souza  |           |
| Ana Manoela da Silva Lima   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.4801922021</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....   | <b>17</b> |
| A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA   |           |
| Sara do Nascimento Martins  |           |
| Regiane de Nazare de Sousa Rocha  |           |
| Maria Leonice da Silva de Alencar   |           |
| Edinalva Pinto Poça   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.4801922022</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....   | <b>26</b> |
| A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL  |           |
| Ketnen Rose Medeiros Barreto  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.4801922023</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....   | <b>38</b> |
| A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG   |           |
| Nelson Machado Pinho Junior   |           |
| Ednéia Alves de Oliveira  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.4801922024</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....   | <b>51</b> |
| A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE   |           |
| Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.4801922025</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....   | <b>60</b> |
| AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS        |           |
| Edemar Rotta  |           |
| Carlos Nelson dos Reis  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.4801922026</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....   | <b>74</b> |
| CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA |           |
| Daniela de Carvalho Ciriaco   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.4801922027</b>  |           |



|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....   | <b>88</b>  |
| CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO  |            |
| Mari Aparecida Bortoli<br>Carlos Nelson dos Reis<br>Heloísa Teles   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.4801922028</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....   | <b>103</b> |
| DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO   |            |
| Ariele Azevedo da Silva Vieira<br>Leonardo Barcelos Vieira<br>Angela Maria Caulyt Santos da Silva   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.4801922029</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....  | <b>117</b> |
| DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL   |            |
| Ermildes Lima da Silva<br>Louise Oliveira Ramos Machado   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.48019220210</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....  | <b>128</b> |
| A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORÁ - MG  |            |
| UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO MUNICIPAL  |            |
| Nelson Machado Pinho Junior   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.48019220211</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....  | <b>140</b> |
| ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF |            |
| Cassiana Ferreira Simões  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.48019220212</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....  | <b>150</b> |
| ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO  |            |
| Letícia Batista da Silva<br>Luanda Café Santana dos Santos<br>Tarcila Freitas de Sousa  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.48019220213</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....  | <b>161</b> |
| ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE  |            |
| Bruno Moretti<br>Ana Paula Menezes do Rego  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.48019220214</b>   |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....   | <b>174</b> |
| POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS   |            |
| Danielle Galdino<br>Cristiano Guedes   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.48019220215</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....   | <b>188</b> |
| QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO   |            |
| Tauã Lima Verdán Rangel  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.48019220216</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....   | <b>201</b> |
| RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017                 |            |
| Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz<br>Flávia Abud Luz  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.48019220217</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....   | <b>210</b> |
| REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA   |            |
| Rosimary de Souza Lourenço<br>Marlene de Deus Lima<br>Yoshiko Sasaki   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.48019220218</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....   | <b>222</b> |
| SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO |            |
| Michele Ribeiro de Oliveira<br>Renata Lúgia Rufino Neves de Souza  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.48019220219</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....   | <b>234</b> |
| TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS   |            |
| Hamida Assunção Pinheiro   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.48019220220</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 21</b> .....   | <b>246</b> |
| VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL  |            |
| Wilma Lúcia Rodrigues Pessôa   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.48019220221</b>  |            |
| <b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....  | <b>255</b> |

## A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

### Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e bolsista CAPES. E-mail: vivianoliveirajp@gmail.com. Concordo com a divulgação deste artigo.

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo explicar sobre a precarização do trabalho e discorrer sobre as suas expressões a nível mundial. Portanto, referencia-se na teoria social crítica. Dessa forma, este trabalho perpassa a análise do fundamento da precarização do trabalho e a relação da superpopulação relativa com as expressões contemporâneas desse processo e seus rebatimentos sobre as classes trabalhadoras. Portanto, conclui-se que a precarização do trabalho é necessária à lucratividade do capital, pois é uma das formas intensificadas de extrair mais-valia e/ou lucro dos trabalhadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho; reestruturação produtiva; precarização.

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to explain the precariousness of work and discuss its expressions worldwide. For that, it is referred to in critical social theory. Thus, this work pervades the analysis of the precariousness of work and the relationship of

relative superpopulation with the contemporary expressions of this process and its refutations about the working classes. Therefore, it is concluded that the precariousness of labor is necessary to the profitability of capital, since it is one of the intensified ways of extracting surplus value and / or profit from the workers.

**KEYWORDS:** job; productive restructuring; precariousness.

### 1 | INTRODUÇÃO

Discutir sobre o trabalho e os seus desdobramentos na sociedade capitalista é remeter às expressões de exploração e precarização presentes neste contexto. Sabe-se que o trabalho é fundante da sociabilidade, pois nas palavras de Marx (1975, p. 202), “[...] é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...]”.

No entanto, o trabalho adquiriu características específicas no modo de produção capitalista. Portanto, tratar do trabalho abstrato é reconhecer que praticamente todas as atividades laborais foram mercantilizadas. Esta lógica mercantil remoldou relações de trabalho, criou novas atividades e necessidades, as

quais se intensificaram a partir do processo de reestruturação produtiva. Na verdade, a inovação é própria do sistema: para acumular há que se modificar e desenvolver estratégias ainda mais contundentes de exploração sobre o trabalhador.

A assertiva já era defendida pelo intelectual Karl Marx (1971), em que parafrazeando-o, o capital é trabalho morto, que como um vampiro suga o trabalho vivo da classe trabalhadora, isto significa que discutir as condições e relações de trabalho no capitalismo é, necessariamente, abordar sobre a precarização do trabalho.

Vale ressaltar que não se trata de buscar encaixar as categorias ontológico-explicativas nas expressões contemporâneas, mas de compreender e fazer as devidas mediações acerca de como as mesmas estão se reatualizando na realidade.

Nesse sentido, destaca-se a relevância da teoria social crítica para analisar o contexto social, tendo em vista a sua capacidade explicativa e alcance teórico. Portanto, pauta-se esta discussão primordialmente na precarização do trabalho contemporâneo, cujas expressões ocorrem a nível mundial, perpassando a negação de direitos das classes trabalhadoras e aumentando a superpopulação relativa.

## 2 | O FUNDAMENTO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A alienação é o fundamento da precarização do trabalho, pois é a partir da cisão entre o homem e o processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da relação com os demais que o trabalhador se vê obrigado a enfrentar as relações de trabalho a ele impostas, ou seja, relações de precariedade do trabalho. Isso porque a “dominação do capitalista sobre o trabalhador é, conseqüentemente a da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor.” (Marx, 1978, p. 20).

Desse modo, entende-se que no modo de produção capitalista a condição de trabalho é sempre precária, porém, com a reestruturação produtiva isso intensifica-se, acarretando na precarização do trabalho. Com isso,

As transformações no universo do trabalho no capitalismo contemporâneo produz múltipla processualidade nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, desproletariza o trabalho industrial fabril e amplia expressivamente o assalariamento no setor de serviços. Generaliza-se a subproletarização do trabalho, nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, doméstico e informal. Verifica-se na atualidade uma significativa heterogeneização do trabalho, expresso, sobretudo, pela crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário, mas também pela incorporação do trabalho infantil e pela presença significativa de força de mão de obra migrante, acompanhado de formas contemporâneas de degradação do trabalho, além da desespecialização ou desqualificação do operário industrial e da criação dos trabalhadores multifuncionais. (Antunes, 1998, 1999 *apud* CEOLIN, 2014, p. 250).

Dessa feita, observa-se que a precarização do trabalho guiada pela reestruturação produtiva tem assumido diversas feições e conduzido homens, mulheres e crianças a condições cada vez mais degradantes e inseguras de trabalho.

## 2.1 Reestruturação produtiva e precarização do trabalho

O período que antecedeu a reestruturação produtiva foi marcado pela

Crise econômica que, no início da década de 1960, atinge a maioria dos países latino-americanos e é, simultaneamente, uma crise de acumulação e de realização da produção. Ela se manifesta, por um lado, no estrangulamento da capacidade de importar os elementos materiais necessários ao desenvolvimento do processo de produção e, por outro, nas restrições encontradas para realizar essa produção. Ambos os fenômenos derivam do fato de a industrialização ter sido realizada com base na velha economia exportadora, sem que fossem realizadas as reformas estruturais capazes de criar um espaço econômico adequado ao crescimento industrial. (MARINI, 2010, p. 111).

Nessa trilha, apresentando-se como uma das estratégias de superação da crise, o processo de mundialização do capital proporcionou não só uma mudança na divisão internacional do trabalho, tendo em vista que empresas de países centrais passaram a se alastrar por todo o mundo, envolvendo-se, não raro, em atividades que outrora não exerciam, mas requisitou a compressão espaço-tempo (HARVEY, 2005), demandando conseqüentemente, novas atividades/profissões para realizar esta função.

Dessarte, pode-se inferir que a classe trabalhadora pertencente à superpopulação relativa sofre um processo de precarização entende-se que a demanda de trabalho não significa aumento da classe trabalhadora, porque conforme Marx (1985, p. 206), “[...] se, por um lado, sua acumulação [de Capital] multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua ‘liberação’”, e por isso, a existência do exército de reserva configura-se enquanto estratégia para pressionar os trabalhadores a intensificarem o seu ritmo de trabalho e submeterem-se a salários precários.

Desse modo, Maranhão (2008, p. 44) considera que a criação dessa superpopulação relativa precisa ser analisada como elemento necessário ao desenvolvimento capitalista e resultado dessa relação histórica e “[...] não como produto exterior, distúrbio do sistema de produção, ou mera inadequação da gestão estatal [...]”.

Assim, Marx (1985) compreende que essa superpopulação relativa é constituída pelas populações **flutuante** (trabalhadores ora atraídos ora repelidos pelos locais de trabalho), **latente** (composta por pessoas que não trabalham em indústrias e que esperam uma oportunidade para migrar e se firmar na mesma), **estagnada** (parte da força de trabalho que ocupa funções deteriorantes e com baixa remuneração) e o **pauperismo** (que contempla os doentes, idosos, acidentados) e que compreende também, o lumpemproletariado (composto por profissionais do sexo, pessoas em conflito com a lei, etc.). Para o autor, aqueles que pertencem ao pauperismo são o sedimento mais profundo da categoria.

Todavia, em alguns casos, a classe trabalhadora vivencia a superexploração do trabalho. Nesse aspecto, Amaral & Carcanholo expõem as quatro formas de superexploração do trabalho:

a) o aumento da intensidade do trabalho; b) a prolongação da jornada de trabalho; c) a apropriação por parte do capitalista da parcela do fundo de consumo do trabalhador convertido em fundo de acumulação capitalista; d) a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal. (AMARAL e CARCANHOLO, 2009, 221).

**Portanto, contemporaneamente o capital tem desenvolvido estratégias ainda mais intensificadas de exploração e espoliação. Dentre elas destaca-se**

[...] a liberalização da economia e a privatização dos bens, serviços e bens públicos, transformados em novos investimentos externos, que passam a ser concentrados nas mãos das empresas transnacionais; o avanço do agronegócio sobre as terras coletivas, públicas ou de pequenos agricultores; a liberação, a baixo custo, da mercadoria mais importante para o processo de valorização do capital: a força de trabalho. (MARANHÃO, 2008, p. 50).

Mediante estas expressões e movimento do capital, Raposo (2015) afirma que tem ocorrido “a criação ampliada da superpopulação relativa” (*Idem, ibidem*) aspecto fundamental para a mundialização do capital. Por isso, em conjunto com outras mediações a autora assevera que este fato corrobora na articulação entre trabalho e questão social, “[...] dado que a relação entre desemprego e superpopulação relativa se manifesta, tendencialmente, no mundo do trabalho mediante as diversas formas de trabalho precarizado (trabalho informal, trabalho por peça, trabalho em domicílio, trabalho temporário).” (p. 125).

Esta concepção da precarização, que se amplia da fábrica ou da empresa para toda a sociedade, revela os traços gerais do mundo do trabalho contemporâneo. Do ponto de vista das categorias de inspiração marxiana que nos permitem analisar essa realidade, identificamos as de superpopulação relativa (desemprego, exército de reserva etc.), expropriação (de direitos, de contrato, de bens públicos etc.), superexploração da força de trabalho (prolongamento da jornada, aumento da produtividade, intensificação do trabalho, usurpação do fundo de consumo do trabalhador, violação do valor do trabalho mediante as baixas remunerações, redução da vida útil do trabalhador mediante o desgaste psicofísico etc.). (RAPOSO, 2015, p.128).

**Concordando com Raposo e de acordo com os estudos de Mota (2013), a precarização do trabalho é um processo de desvalorização da força de trabalho,**

[...] que ocorre mediante os seguintes aspectos: a violação do valor do trabalho socialmente necessário – baixos salários, salário por produção ou salário por peça; métodos de assalariamento disfarçado como bônus salarial – que convertem o trabalhador à condição de mera mercadoria (força de trabalho); a redução da qualidade e do tempo real de vida do trabalhador, pelo desgaste psicofísico do trabalho, através do prolongamento da jornada de trabalho, como os acordos de banco de horas, que, apesar de facilitarem o acesso a bens necessários à sobrevivência do trabalhador, reduzem o tempo de descanso necessário para repor o desgaste físico e mental de longas e intensas jornadas de trabalho; o sitiamento de qualquer projeto de vida do trabalhador e sua família, que se manifesta atualmente nas formas sutis de controle do tempo de trabalho, da padronização de procedimentos, da ideologia do trabalhador-colaborador que mistifica a ideia do “valor do trabalho” como uma necessidade humana; e, por fim, a fratura da organização e da solidariedade coletivas das classes trabalhadoras, determinada pelo esgarçamento da vivência coletiva do trabalho e pela concorrência entre os trabalhadores, a qual se expressa através das formas de envolvimento e cooptação dos trabalhadores etc. (RAPOSO, 2015, p. 131).

Para além dessas expressões, as mutações no “mundo do trabalho” têm modificado a interrelação entre Estado e sociedade, reordenando a função dos Estados nacionais e modificando o modelo de proteção social “ [...] com ampla e profunda repercussão na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão dos direitos sociais. (CEOLIN, 2014, p. 250).

### 3 | BREVES NOTAS SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO A NÍVEL MUNDIAL

De acordo com Druck (2013), Jordão e Stampa (2015),

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou, em 2008, um panorama mundial do trabalho desde 1990 e sinalizou a fragilidade e a precariedade do trabalho no globo. Destacou o insuficiente crescimento do emprego perante as necessidades de incorporação no mercado de trabalho; a ampliação das desigualdades de renda em 2/3 dos países; o endividamento dos trabalhadores e suas famílias em países com mercado financeiro sem regulamentação, como os Estados Unidos; além do crescimento do trabalho atípico (DRUCK, 2013). “Os ‘sem emprego’, grupo constituído pelos desempregados e pelos trabalhadores informais, são hoje a maioria dos trabalhadores brasileiros” (op. cit., p. 65). O panorama em diversos países do mundo é da existência abundante de mão de obra de grande parte da classe trabalhadora e, diante da privação de alternativas, múltiplos sujeitos vendem a baixo custo sua força de trabalho, isso quando conseguem vendê-la. Essa dinâmica reflete um aspecto dos tempos difíceis enfrentados pela “classe que vive do trabalho”, esvaindo-se a esperança de melhorar as condições de vida através do trabalho. Outros sujeitos já não se submetem a tal flexibilidade, como o Movimento “Precários Inflexíveis”<sup>6</sup> de trabalhadores precarizados em Portugal, que se definem como precários no emprego e na vida, porém inflexíveis (JORDÃO e STAMPA, 2015, p. 319).

Corroborando essa análise, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) demonstram que no início de 2017 o Brasil teve um número positivo de empregos formais após quase dois anos de saldos negativos. Porém,

O saldo positivo, no entanto, foi de 35.612 postos no mês, contra um acumulado de perda de 1.148.845 postos de trabalho formais no último ano. O maior crescimento do emprego ocorreu no setor de serviços, com maior queda no comércio e na construção civil. Os dados foram celebrados pelo governo golpista como uma retomada do crescimento do emprego, mas um saldo de 35 mil postos de trabalho é muito pouco vis-à-vis a perda de mais de um milhão de postos nos últimos doze meses. Reforçando a hipótese de continuidade da crise do mercado de trabalho. (POCHMANN *et al.*, 2017, p.13)

É no percurso desse crescimento do emprego e reconhecendo a precarização que perpassa os espaços de ocupação que a Willis Towers Watson realizou a pesquisa *Staying@Work – Health & Productivity* (Saúde e Produtividade), com o objetivo de conhecer as estratégias e programas de saúde e produtividade das organizações nos mercados em que atuam. Este estudo foi desenvolvido em 56 empresas no Brasil, cujo resultado demonstrou que o estresse é o principal risco tanto para a saúde dos empregados quanto à produtividade das organizações. Para além do estresse, foram indicados como fatores-problema a falta de atividade física, o Presenteísmo, o excesso

de peso/obesidade e maus hábitos alimentares.

Como se pode ver o quadro a seguir, o estresse é o principal fator de adoecimento e redução de produtividade não só no Brasil, mas nos EUA, Europa, Oriente Médio e África, América Latina e Ásia Pacífico, ou seja, em âmbito global.

### Estresse, falta de atividade física e obesidade estão entre as principais questões relacionadas à saúde e produtividade da força de trabalho

| Classificação | Global                          | EUA                             | Europa, Oriente Médio e África  | América Latina                  | Brasil                          | Ásia Pacífico                   |
|---------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| 1             | Estresse (64%)                  | Estresse (75%)                  | Estresse (74%)                  | Estresse (72%)                  | Estresse (62%)                  | Falta de atividade física (52%) |
| 2             | Falta de atividade física (52%) | Excesso de peso/obesidade (70%) | Falta de atividade física (45%) | Falta de atividade física (58%) | Falta de atividade física (44%) | Estresse (44%)                  |
| 3             | Excesso de peso/obesidade (45%) | Falta de atividade física (51%) | Presenteísmo (33%)              | Excesso de peso/obesidade (47%) | Presenteísmo (42%)              | Excesso de peso/obesidade (32%) |
| 4             | Nutrição ruim (31%)             | Nutrição ruim (30%)             | Excesso de peso/obesidade (32%) | Presenteísmo (40%)              | Excesso de peso/obesidade (40%) | Falta de sono (30%)             |
| 5             | Falta de sono (30%)             | Falta de sono (31%)             | Nutrição ruim (31%)             | Nutrição ruim (36%)             | Nutrição ruim (36%)             | Presenteísmo (23%)              |

Fonte: Pesquisa Global Sleeping@Work 2015/2016

Fonte: Revista Cipa

O que tem havido é que a estratégia de modernizar o retrocesso num momento de crise estrutural não é eficiente. Para tanto, vale a menção das “[...] grandes renúncias fiscais do governo Dilma, a redução de juros para 7,5% a.a. (entre 2011 e 2013), a desvalorização do câmbio e os incentivos à industrialização terminaram mal na arena da luta de classes.” (CIPA, 2016, p.1).

Entretanto, é necessário refletir que a lucratividade do capital mundial tornou-se uma dificuldade. Desse modo, a ideologia neoliberal atrelada à reestruturação produtiva agem como resposta da classe dominante à problemática de acumulação. Nessa perspectiva, eis a contradição fundamental: quanto maior o lucro, aumenta-se a precarização do trabalho, pois compreende-se que mais trabalho e lucro não significam proporcionalmente mais emprego e proteção trabalhista. À vista disso, infere-se que,

Teoricamente, podemos dizer que os **países periféricos só podem acompanhar o nível de produtividade mais alto imposto pelo centro através do desgaste brutal de sua força de trabalho e de seus recursos naturais.** Por outro lado, reagindo a tais entraves para sua valorização, o capital produtivo mundial sobe à esfera financeira e especulativa, ou passa a canibalizar patrimônios públicos e bens comuns (terras indígenas, etc.) através de privatizações, favorecimentos e concessões, subsídios e incentivos fiscais, ou adentra circuitos obscuros e ilegais de valorização (paraísos fiscais, corrupção, trabalho escravo, grilagem de terras etc.), buscando se reproduzir ampliadamente sem passar necessariamente pelo circuito produtivo. (DUARTE, 2017, p.1).



Portanto, embora a necessidade de lucro seja do capital global, o processo de exploração e espoliação nos países periféricos se dá de modo mais predatório, atingindo tanto a produção quanto a reprodução social.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de precarização do trabalho tem atingido o mundo. No entanto, vale ressaltar que nos países periféricos isto se dá de modo mais intensificado. Ainda assim, pode-se reconhecer características gerais desse capitalismo predatório, a saber, o desemprego, a migração, xenofobia, racismo, etc.

Desse modo, a reestruturação produtiva e a “nova” divisão internacional do trabalho modificaram não só as relações de trabalho, mas trouxeram novas demandas que por sua vez requisitaram novas habilidades profissionais. Isto porque nessa conjuntura a maior presença do Capital na circulação pressiona o capital produtivo, acarretando a necessidade da compressão espaço-tempo como parte do processo de mundialização do capital, o qual se apresenta enquanto contratendência à crise.

Nesse aspecto, a abertura para novas profissões, no Brasil, se deu pelo movimento de expansão do capital, o qual por meio do capital financeiro permitiu a facilitação de crédito e aumento do “setor” de serviços, possibilitando abarcar trabalhadores fabris-desempregados no comércio, como também ofereceu uma “oportunidade” do primeiro emprego.

Este processo ocorreu, em larga medida, concomitante à expansão da cidade e conseqüente migração campo-cidade, e entre as cidades menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas economicamente. Logo, as regiões “mais desenvolvidas” passaram a contemplar uma gama maior de trabalhadores, que em sua maioria estavam imersos na superpopulação relativa.

No que concerne à precarização do trabalho, os avanços tecnológicos têm sido um dos principais fatores à necessidade de intensificação do trabalho, o conseqüente aumento da superpopulação relativa e os rebatimentos na saúde do trabalhador.

Note-se que esses avanços fazem parte da mundialização do capital, cujo intento é extrair lucros cada vez mais ostensivos, ao tempo em que dedica-se a reduzir riscos. Desse modo, compreende-se que o processo de terceirização tem sido a forma mais utilizada de precarização do trabalho, a qual contempla as condições e relações de trabalho.

Todavia, sabe-se que o próprio contexto de restauração do capital reafirma o desemprego estrutural, fazendo com que os trabalhadores passem a ter ocupações, tendo em vista a expansão do capital para o âmbito dos serviços, sem, muitas vezes, retirá-los da condição de superpopulação relativa.

Esta situação adquire êxito por meio, inclusive, das ações do Estado, o qual passa a desenvolver políticas focais e minimalistas, em detrimento de ações que privilegiam os capitalistas, empresários, acionistas, posto que embora seja um aparato

contraditório, o seu caráter de classe dominante se evidencia.

Vale ressaltar que não se está na perspectiva de demonizar o Estado e o seu papel nesta sociedade; trata-se, antes de mais nada, de reconhecer que numa sociabilidade regida pelo Capital, a estrutura constrói e (re)constrói a superestrutura, ou seja, é o modo de produção que determina os aparatos jurídicos e normativos que regem e regerão a sociedade.

Portanto, sem fatalismos, entende-se que o Estado cumpre a sua funcionalidade ao ideário burguês, contudo, sendo permeável à luta de classes, pois é justo por esta via que os trabalhadores conquistam seus direitos e os têm assegurados. Entretanto, observa-se também que apesar das aberturas promovidas por este aparato, quer pela facilitação de crédito, quer pela realização de melhorias em infra-estruturas, estradas, etc., se a classe trabalhadora não se mobiliza, os direitos passam a ser rechaçados, e o caráter punitivo do Estado ganha cada vez mais força ante ao seu caráter protetivo.

Desse modo, compreende-se que essa característica da modernização conservadora trabalhista corrobora na desproteção do trabalhador. Nesse aspecto, infere-se que a classe trabalhadora cotidianamente vem sofrendo ofensivas do capital, seja no seu direito de greve, seja na condição salarial, ou até mesmo nas relações gerais de trabalho.

Por isso, conclui-se que a precarização do trabalho é uma via de mão dupla: ao tempo em que é necessária à lucratividade do capital – pois é uma das formas intensificadas de extrair mais-valia e/ou lucro dos trabalhadores – é a forma mais degradante a que a classe trabalhadora está submetida.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, M. S. & CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes In: **Revista Katálisys**. Florianópolis. Jul./dez. 2009.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 118, 2014.

DUARTE, C. R. BRASIL, RUMO À PRECARIZAÇÃO TOTAL: MAIS TRABALHO, MENOS DIREITOS. 2017. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2017/07/09/brasil-rumo-a-precarizacao-mais-trabalho-menos-direitos/>> Acesso em: 02/10/2017.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

JORDÃO, A. P. F. ; STAMPA, I. Precarização no “mundo do trabalho”: a experiência dos ambulantes dos trens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: **Revista o social em questão**, ano XVIII, nº 34, 2015.

MARANHÃO, C. H. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. In: **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas**. BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M. H. T. de. (orgs.). São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008, p. 38-58.

MARINI, R. M. A Crise do Desenvolvimentismo. In: **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rodrigo Castelo (org.). Tradução dos textos em espanhol de Diego Al Faro; tradução do texto em

francês de Wanda Brant. Rio de Janeiro. Pão e Rosas, 2010.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, L.1, v.1.

\_\_\_\_\_. **O capital** (inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978. L. I, v. I e II.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação de revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 2. ed. Capítulo XXIII – São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MOTA, A. E. Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário. In: **Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior**, v. 2, p. 87, 2013. mimeo.

CIPA. Estresse é o principal problema que afeta a saúde e produtividade do trabalhador. 2016. Disponível em: <<http://revistacipa.com.br/estresse-e-o-principal-problema-que-afeta-a-saude-e-productividade-do-trabalhador/>> Acesso em: 02/10/2017.

POCHMANN, M. *et al.* **BOLETIM ANÁLISE DA CONJUNTURA**. 2017. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Boletim-mensal-de-analise-de-conjuntura-13.pdf>> Acesso em: 02/10/2017.

RAPOSO, C. T.M. **As particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea: superpopulação, precarização do trabalho e superexploração da força de trabalho**. (Tese: doutorado em Serviço Social). UFPE. Recife, 2015.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-148-0



9 788572 471480